



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 13 de Agosto de 2019

Fuga de cérebros é realidade, diz chefe da Academia Brasileira de Ciências

Por Gabriel Vasconcelos | Do Rio



Luiz Davidovich, presidente da ABC: debandada está diretamente ligada à queda nos repasses a universidades federais.

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), o físico Luiz Davidovich tem assinado cada vez mais cartas de recomendação para pesquisadores que deixam o Brasil. Aves raras na academia, esses doutores não querem salários altos. Procuram, na verdade, insumos e equipamentos para os quais o governo brasileiro tem empenhado cada vez menos recursos nos últimos anos. O êxodo de cientistas, para Davidovich, é a ferida mais exposta do sistema de ciência e tecnologia (C&T) do país, que se agravou no governo Jair Bolsonaro e seus contingenciamentos, ausência de projeto tecnológico e negação da ciência.

"A fuga de cérebros é muito concreta e dolorosa para mim", diz Davidovich. Recentemente ele viu

quatro colegas concursados abandonarem seus cargos para tocar trabalhos em Austrália, Holanda, Portugal e Chile. "Três vão para universidades estrangeiras, outro vai para uma empresa australiana de computação quântica, mas aprendeu tudo aqui", diz apontando para o chão da Escola de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde leciona há 25 anos. Ele comanda os estudos da casa em computação e ótica quânticas, sendo colaborador do francês Serge Haroche, laureado com o Nobel de Física em 2012.

"Não nego as recomendações. Essas pessoas têm o direito de se preocupar com suas pesquisas, mas escrevo nas cartas que lamento o fato de estarem nos deixando", diz. A debandada, afirma, está diretamente ligada à queda nos repasses a universidades federais. Segundo Davidovich, as verbas têm caído todos os anos desde 2010. A exceção foi 2013, quando houve um pico que ele atribui ao programa Ciência sem Fronteiras. Em 2019, o golpe mais duro da década: contingenciamento de 30% no Ministério da Educação e 42% na pasta de Ciência e Tecnologia (MCTIC). O principal afetado é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que provê a maior parte dos recursos à pesquisa científica.

"Com o corte, as bolsas de pesquisa só chegariam a junho, mas uma suplementação de R\$ 300 milhões permitiu pagar até setembro. Ainda falta para o resto do ano", afirma Davidovich. De acordo com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ainda faltam R\$ 340 milhões para o CNPq honrar as bolsas de 84 mil pesquisadores neste ano.

Os cortes surpreenderam o chefe da Academia de Ciências. Ainda em campanha, Jair Bolsonaro respondera a um questionamento da entidade com a promessa de elevar o investimento em ciência a 3% do PIB até o fim do mandato, enquanto a entidade recomendava a reserva de 2% da riqueza nacional para a área. Segundo Davidovich, hoje em queda, o investimento total em ciência e tecnologia está um pouco acima de 1% do PIB, sendo igualmente dividido entre União e setor privado. Inicialmente encarado como auspicioso pelo cientista e seus pares, o compromisso de campanha do presidente se mostra cada vez mais distante.

"O apagão de investimentos pode quebrar o sistema de C&T. Tudo que temos hoje começou a ser institucionalizado na década de 1950, mas vem de antes. A construção é um processo longo, mas a destruição pode ser muito rápida, menos de uma década".





Questionado se o "Future-se", programa do governo para estimular a entrada de recursos privados nas universidades, pode solucionar o problema, Davidovich é claro: "Só funcionará se os repasses públicos forem restabelecidos".

Em sua leitura, as universidades só vão interagir mais com empresas na medida em que se modernizarem primeiro via recurso público. "A maior parte do orçamento universitário sempre virá do governo, como acontece no mundo todo. O ministro [Abraham Weintraub, do MEC] precisa de um choque de realidade", diz. O pesquisador, no entanto, vê com bons olhos aspectos da proposta como desvinculação de verbas privadas do orçamento e previsão de incentivos fiscais para quem investir.

Caso o governo ainda queira honrar a promessa de investir duas vezes mais em ciência, Davidovich afirma que, além de rever os cortes, será preciso incentivar investimento direto do setor privado. Ele cita as experiências dos Estados Unidos e da Coreia do Sul. Doutor pela Universidade de Rochester (EUA) e membro estrangeiro da Academia de Ciências dos Estados Unidos

(NAC), lembra que na Coreia do Sul três quartos do investimento em P&D vêm de empresas, e um quarto, das universidades.

"Não precisamos reinventar a roda. Basta olhar para o lado. Os EUA sempre usaram encomendas de Estado para grandes projetos nacionais", diz, citando como exemplos o programa espacial e a criação de bancos de dados para órgãos de governo. "Isso é muito melhor que subvenção, pois permite orientar os resultados."

Como um caminho natural, Davidovich aponta a biotecnologia baseada na pouco explorada biodiversidade nacional. "Conhecemos apenas 5% do potencial de nossos biomas", diz. Animado, ele fala de uma substância chamada bergenina, originalmente encontrada no caule de uma planta amazônica. Sua molécula anti-inflamatória foi sintetizada por um laboratório privado que hoje comercializa o miligrama por mais de R\$ 1.000. "Existem várias outras substâncias que poderiam ser produzidas no Brasil." Soluções de saúde, afirma, são mais que recomendadas para um país com um

comprador natural do tamanho do Sistema Único de Saúde (SUS).

"Prioridades óbvias como a biotecnologia têm sido prejudicadas por uma política de desmatamento que nega evidências científicas", diz. Davidovich se mostra especialmente irritado com os ataques do governo ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em cuja defesa saiu mais de uma vez por meio de carta aberta da ABC.

"Há uma ironia no fato de não perceberem que isso pode prejudicar a própria agroindústria, por causa dos rios voadores que garantem chuvas no Centro-Oeste e Sudeste. Isso para não citar o acordo comercial com os europeus, que terão um Parlamento com cada vez mais [deputados] verdes."

Em seu entender, as ações do governo até aqui refletem uma "total ausência de agenda para o desenvolvimento científico" que abre espaço para voluntarismos, expressos por exemplo na retórica sobre nióbio ou dessalinização, que têm o seu valor, mas estariam longe da escala necessária para alavancar a ciência no país.

Dona da Estácio, Yduqs cresce em medicina e EAD

Por Beth Koike | De São Paulo

Diante da pouca oferta de Fies, programa de financiamento estudantil do governo, a Yduqs (ex-Estácio) cresce na esteira dos cursos de medicina e da graduação on-line. Essas duas modalidades não dependem do crédito estudantil e tornaram-se as vedetes do setor no atual momento de crise econômica.

No primeiro semestre, a receita líquida proveniente dos alunos de medicina cresceu 19% e a dos cursos de EAD subiu 25% em relação aos mesmos seis meses de 2018. Nesse mesmo período, a receita líquida da companhia caiu 0,5%.

Atualmente, a Yduqs tem 3,8 mil alunos matriculados em medicina que juntos geraram uma receita de R\$ 174 milhões no primeiro semestre, o que representa 9,2% da receita líquida total. O valor médio da mensalidade dessa graduação é de R\$ 8 mil, o equivalente a dez vezes o tíquete médio dos demais

cursos presenciais do grupo carioca.

"Só com crescimento orgânico, estimamos ter 5,8 mil alunos de medicina em 2024, uma vez que muitos de nossos cursos ainda estão em fase inicial. Ou seja, até 2024 só teremos entrantes [calouros], não temos alunos se formando. Considerando o programa Mais Médicos, atingiremos 8,5 mil", disse Eduardo Parente, presidente da Yduqs.

Numa projeção de longo prazo, daqui nove anos, a companhia deve atingir 13 mil matriculados em medicina, considerando exclusivamente um crescimento orgânico. Segundo a Hoper, consultoria especializada em educação, os grupos educacionais com uma boa base de alunos de medicina ainda conseguirão crescer bem na próxima década, devido à alta demanda por essa modalidade de graduação mesmo com a entrada de novos competidores.

No segundo trimestre, a receita líquida da Ydus caiu 0,7% para R\$

957 milhões, o que foi compensado por uma redução de 5,2% na linha de custos dos serviços prestados, para R\$ 405 milhões. Essa combinação ajudou a companhia apurar um lucro líquido de R\$ 202 milhões. Desconsiderando o benefício fiscal apurado no segundo trimestre de 2018, que impactou positivamente o resultado, o lucro líquido da Yduqs aumentou 12%. Sem esse ajuste, houve uma queda de 14,7%.

Em relação ao vestibular do meio do ano, cujos aprovados podem fazer matrícula até setembro, a Ydqs projeta crescimento de até 10% no número de calouros dos cursos presenciais e acima desse percentual na graduação on-line.

Já o valor da mensalidade nas duas categorias pode oscilar entre uma queda 5% e uma alta de 5% em relação ao ano passado, por conta da concorrência. Até junho, o tíquete médio da graduação presencial era de R\$ 824 e nos cursos a distância, de R\$ 273.

Estados iniciam implantação do novo modelo de ensino médio

Escolas-piloto em CE, ES, MG e RS testarão currículo flexível, com disciplinas eletivas e itinerários formativos

BRUNO ALFANO

O novo formato do ensino médio, criado a partir de uma medida provisória em 2017 e que deve ser implementado por todas as escolas do país até 2021, começa a ganhar forma em alguns estados. Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Ceará e Minas Gerais já possuem diretrizes de como se darão as mudanças e vão testá-las em "escolas-piloto".

O modelo para todo o país prevê, como pilares, ampliação da carga horária e flexibilização do currículo — com disciplinas eletivas e itinerários formativos (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional). A partir disso, cada estado vai adequar à sua própria realidade.

No Espírito Santo, o governo dividiu o estado entre a Região Metropolitana, onde há maior concentração de escolas, e o interior, onde as cidades, em geral, têm apenas um colégio de ensino médio.

— Onde temos mais de uma unidade de ensino, prevemos agrupá-las. Nesse modelo, cada uma vai oferecer um itinerário, e o

aluno se desloca entre elas num raio limitado. Em cada um desses grupos haverá um colégio vocacionado para o ensino técnico, que é nossa prioridade — afirma Vitor de Angelo, secretário estadual de Educação.

No interior, duas opções estão sendo estudadas: oferecer menos itinerários (ao menos dois) ou criar um consórcio de municípios, repetindo a ideia de agrupamento aplicada na capital.

— No consórcio de municípios, o aluno pode fazer suas escolhas se estiver disposto a se deslocar, sendo uma dessas cidades central para o ensino médio ser integrado ao técnico — afirmou o secretário.

COMBATE À EVASÃO

Defensores da mudança do ensino médio argumentam que a alta evasão nesta etapa escolar está relacionada à baixa atratividade do currículo. Por isso, o novo formato prevê 1.800 horas comuns a todos os estudantes e outras 1.200 escolhidas individualmente pelos alunos nos itinerários formativos.

— Ouvimos 36 mil alunos do 1º ano para saber o que eles pensam do Novo Ensino Médio e descobrimos que a maior parte nunca tinha ouvido falar. Também aprendemos que existe um claro interesse no ensino técnico, e vamos dar ênfase nisso — diz Angelo.

No Rio Grande do Sul, o formato dos itinerários ainda está sendo desenhado. O estado tem 300 escolas-piloto. Já em 2018, o currículo começou a se flexibilizar com a inclusão de disciplinas optativas.

— Já começamos, nesse ano, cem minutos semanais de atividades eletivas nas escolas-piloto — afirma Adriana Schneider, coordenadora estadual do Novo Ensino Médio no RS. — Os professores oferecem esses projetos, e os alunos se inscrevem no dia. Deixa de ter uma turma fixa e a escola se mistura. O que eles mais gostam são atividades coletivas, como produção de filmes, robótica, feiras de ciências e de profissões.

Enquanto isso, no Nordeste, o Ceará precisou fazer poucas alterações em sua rede. Nas escolas de horário integral já havia a possibilidade de itinerários formativos. Lá, os alunos escolhem atividades num cardápio de 300 eletivas, como Formação do Povo Brasileiro, História do Ceará, Ciência das Cores e Introdução à Contabilidade. Isso corresponde a 1.200 horas.

— A nossa tarefa mais difícil, para a construção do novo modelo de ensino médio, é ter um teto de 1.800 horas para a base comum. Estávamos acostumados com um número mínimo de horas, não





máximo. Agora, trabalhamos para saber como organizamos esse conteúdo para dar em menos horas — diz Iane Nobre, coordenadora de Gestão Pedagógica do Ensino Médio no estado.

Sobre os itinerários, o plano do Ceará é ter as cinco possibilidades em todas as escolas de ensino médio.

— Queremos isso porque o aluno pode fazer itinerários integrados. Ou seja, passear por eles. Um semestre num dos itinerários e depois em outro, se preferir assim — diz Iane.

Programa federal dá apoio**> Auxílio do MEC**

O governo federal criou, em 2018, o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, ao qual os estados poderiam aderir para criar escolas-piloto — apenas o Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia e o Distrito Federal não aderiram

> Escolas-piloto

Ao fim desse processo, foram escolhidos 3.519 colégios para discutir o modelo. No ano que vem, eles já oferecerão itinerários formativos. O restante das unidades escolares do Brasil, só em 2021

> Verba travada

Estados que aderiram ao programa de apoio dividirão uma verba de R\$ 350 milhões. Desse montante, 20% já foi pago e a próxima parcela, de 40%, está

bloqueada por conta da decisão do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de romper o acordo de cooperação que o MEC tinha com a Organização dos Estados Ibero-Americanos

> Investimentos

O dinheiro do programa federal é destinado às ações de flexibilização do currículo. Na prática, bancaria a aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços e reparos na infraestrutura escolar, além da compra de equipamentos

> Defora

Estados que não aderiram ao programa, como Rio e São Paulo, precisarão aportar recursos próprios. Ambos ressaltam que foram decisões de gestões passadas

Negligência no Enem

A três meses da realização do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, causa estupefação constatar que está vaga desde maio a diretoria responsável pela prova no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Após a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), o cargo ficou sem titular por quase dois terços do período.

Cabe descrever como displicente a atitude do MEC com exame de tamanha complexidade logística, que já foi alvo de fraudes no passado e também de quer elas ideológicas. Neste ano, são s,imi]hões de inscritos espalhados pelo território nacional em busca de vagas em universidades federais e outras que utilizam o escore na seleção.

O ministro Abraham Weintraub, mais afeito a prodigalizar declarações agressivas e constrangedoras (mesmo em férias) do que a prestar contas de ações e omissões, atacou o mensageiro —no caso, esta Folha. Afirmou que a reportagem sobre a lacuna "induz ao terror" e que não há risco para a prova.

Não é disso de que se trata. O MEC deve satisfações ao público sobre o exame que até o presente recebeu mais atenção do governo federal pelos supostos conteúdos de esquerda. Tal fixação, que tem no presidente e em seus filhos os maiores arautos, contribui

para erodir os próprios planos da pasta de modernizar a prova.

Weintraub anunciou há pouco mais de um mês que pretende digitalizar por completo o Enem até 2026, uma providência acertada. Isso facilitaria aplicar o exame mais de uma vez por ano, sem obrigar o secundarista a esperar 12 meses por uma nova chance de entrar numa instituição federal.

Para que múltiplas provas tenham graus comparáveis de dificuldade e possam assim discriminar de modo equânime o desempenho de estudantes em momentos separados, o banco codificado de questões precisa ser grande o bastante para dar robustez estatística a certame. Esse sempre foi o calcanhar de aquiles do Enem.

Não bastasse a quantidade insuficiente de itens, o MEC trabalhou para diminuí-la ainda mais ao formar uma comissão para fazer o expurgo do que bolsonaristas consideram contaminação política, como temas de gênero e raça ou perguntas sobre a ditadura militar.

O ministro deveria dar publicidade sobre quantas e quais questões foram eliminadas. Como ele tem demonstrado que esclarecer a opinião pública de modo sereno e racional não figura entre suas prioridades, cabe qualificar a empreitada como uma forma de censura.

Ponta do lápis

A expectativa da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) é a de que haja atos contra cortes na educação em mais de 150 cidades nesta terça (13). O protesto também vai criticar a reforma da Previdência e o projeto Future-se.

Entrevista / Marcelo Knobel

Quem vai querer investir nas universidades do país após tantos ataques?

Reitor da Unicamp afirma que retórica da gestão Bolsonaro atrapalha objetivo do próprio governo de atrair mais verba privada

Angela Pinho

São Paulo - Os ataques da gestão Jair Bolsonaro (PSL) às universidades públicas do país prejudicam o objetivo do próprio governo de atrair mais recursos privados para elas, diz **Marcelo Knobel, reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)**.

A avaliação é feita no momento em que o Ministério da Educação propõe o Future-se, programa que visa diversificar o financiamento das universidades federais. Entre as medidas previstas está a constituição de fundos que seriam negociados na Bolsa e teriam parte do rendimento revertido às instituições de ensino.

Presidente do Cruesp, órgão que reúne os dirigentes das universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp), Knobel defende o trabalho delas, mas avalia que houve erros em alguns momentos, como demora em reagir à deterioração da economia.

As três instituições comemoram neste ano 30 anos do decreto que lhes conferiu autonomia para administrar seu orçamento — a maior parte vem de uma fração do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) arrecadado em São Paulo.

Juntas, elas respondem por cerca de um terço da pesquisa produzida no Brasil. Professor da Unicamp desde 1995, Knobel, 51, defende que elas se mantenham nesse caminho, mas apoia uma diversificação da educação superior no país, com instituições dedicadas ao ensino que não precisem fazer pesquisa.

*

Que balanço o sr. faz dos 30 anos de autonomia das universidades paulistas?

A autonomia foi fundamental para o crescimento das universidades, que puderam planejar o futuro. Todos os indicadores desde então são muito positivos, tanto no número de matrículas como nas publicações e na assistência. É por isso que as universidades paulistas estão entre as melhores da América Latina.

E quais foram os erros cometidos nesse período?

Há um erro de não conseguirmos

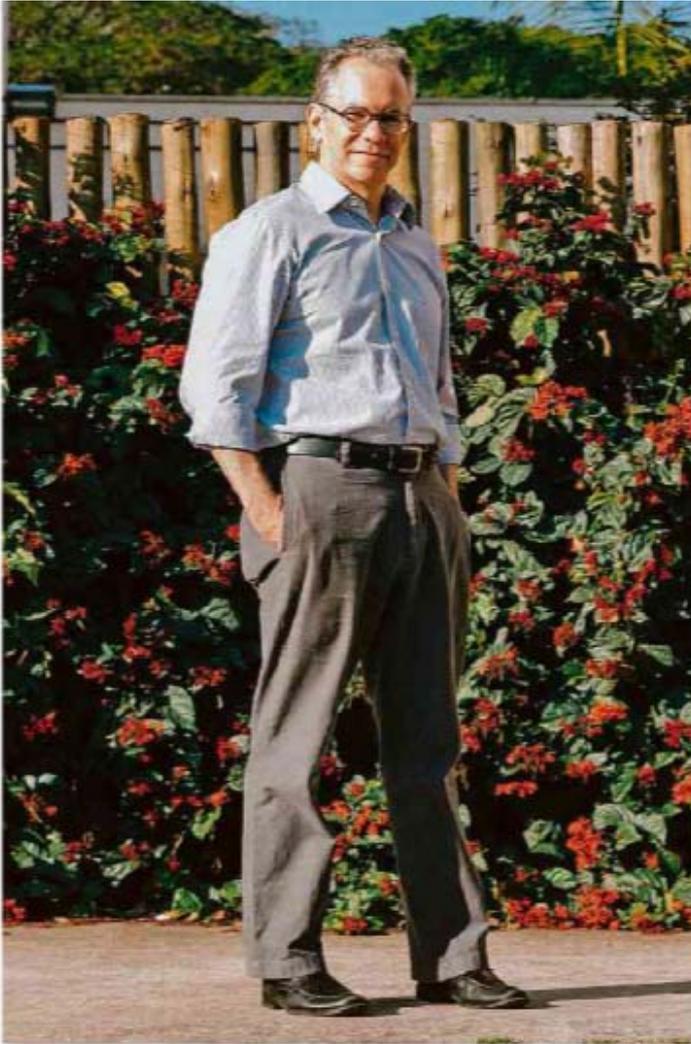
comunicar o que fazemos de maneira efetiva. Houve também erro de apostar muito no passado [da trajetória econômica] e é preciso ver que a economia pode ter altos, mas, às vezes, os baixos são muito fortes. Nunca esperamos uma recessão tão forte como ocorreu, e as universidades acho que demoraram para responder a esse período. Então é preciso fazer análises mais conservadoras [da economia], usar o recurso com base em vários cenários possíveis.

Houve também decisões questionáveis, como a que levou a elite dos funcionários administrativos a ganhar mais do que professores titulares na USP. Como evitar isso?

Faz parte do aprendizado. Na Unicamp, por exemplo, determinamos que todo gasto com implicação permanente tem que ser aprovado no Conselho Universitário. É preciso priorizar, ter cuidado ao fazer no-vos investimentos e ter núcleos de inteligência para prever a tendência da economia para usar os recursos de acordo. As universidades vêm se aprimorando nesse aspecto, também com controladorias e transparência.

Como está a situação financeira da Unicamp?





Gabriel Cabral - 23.Ago.2017/Folhapress

Marcelo Knobel

Aos 51 anos, é reitor da Unicamp e presidente do Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas). Nascido em Buenos Aires, veio para o Brasil com a família aos oito anos. Formado em física, é doutor em ciências pela Unicamp e tem pós-doutorado pelo Istituto Elettrotecnico Nazionale Galileo Ferraris, na Itália, e pelo Instituto de Magnetismo Aplicado, na Espanha

Recebemos a universidade [em 2017] com gasto de 117% [do pessoal em relação à receita do ICMS] e fizemos um esforço muito importante. Hoje está em torno de 102%. Porém ainda não conseguimos equilibrar as contas, e minha preocupação é que a situação da economia no país ainda é bastante preocupante.

O que estão planejando para equilibrar as contas?

Estamos com a preocupação de não aumentar o déficit, infelizmente não repor todos os funcionários e professores que estão se aposentando, que neste momento são muitos, além de rever todos os contratos. Realmente é algo que nos preocupa muito, como é que a economia do país vai evoluir.

A questão financeira é hoje a principal ameaça às universidades paulistas?

A principal ameaça, além da questão financeira, é o ambiente político. No estado de São Paulo tem uma CPI [que investiga as instituições estaduais], temos respondido todas as dúvidas e demandas, mas é um clima que não está muito favorável às universidades. Precisamos fazer um esforço grande de comunicação para mostrar a importância delas.

Como avalia a gestão Bolsonaro na educação e na ciência?

Com preocupação com os ataques e com a falta de recursos para as universidades e a ciência e tecnologia. Tenho convicção de que a comunidade acadêmica e científica vai mostrar ao governo a importância que tem o setor para o desenvolvimento do país.

Qual a sua opinião sobre o Future-se?

Ainda é um programa muito incipiente, há muitas dúvidas sobre o financiamento, e o fundamental é entender que em qualquer lugar do mundo a pesquisa e as boas universidades públicas são financiadas pelo estado. Claro que há possibilidade de outras fontes, mas a presença do estado é fundamental.

Que ponto no plano o sr. achou problemático?

A criação de um fundo, e como ele será constituído, de que maneira aparecerão os recursos...

Mas a criação em si de um fundo negociado em bolsa o senhor acha uma má ideia?

Como ideia não é ruim, mas o





problema é quem financiará esse fundo depois de tantos ataques às universidades e como esse fundo não atrapalhará o investimento público.

O discurso contra as universidades afasta o investidor privado?

Sem dúvida. Não só o investidor privado mas também os próprios estudantes. Tem um discurso muito negativo contrário, vão estudar para quê? É importante colocar com clareza: a gente precisa da educação superior para o desenvolvimento do país

Recentemente, o senhor defendeu a existência de outros modelos no ensino superior brasileiro. Pode explicar melhor?

A universidade de pesquisa é uma universidade muito cara, e agente precisa expandir o sistema público. Uma alternativa em vários países são universidades de excelência em ensino, mas que não necessariamente façam pesquisa. E aí teríamos mobilidade para os alunos que queiram passar de um sistema para outro. Precisamos demais alternativas no sistema de educação superior brasileiro.

Em que outros aspectos o ensino superior brasileiro pode mudar? Por exemplo, no currículo?

Temos um currículo que exige muito dos estudantes do ponto de vista de horas em sala de aula. Podemos transformar isso trabalhando com mais mão na massa,

mais projetos, mais presença internacional.

O sr. tem afirmado que o teto salarial no estado reduz a atratividade da carreira nas universidades paulistas, inclusive por ser menor que o das federais. Qual tem sido o impacto?

Já temos casos de professores que estão pedindo demissão com a falta de perspectiva de futuro, principalmente em áreas com mais possibilidade de trabalho bem remunerado, como informática e medicina. É sempre difícil falar disso num país tão desigual, mas tem um teto em São Paulo que é de R\$ 23 mil, enquanto no federal é R\$ 39 mil, o que tem implicações importantes para o futuro do ensino superior paulista. Isso precisa ser debatido com tranquilidade e franqueza.

O sr. é contra a cobrança de mensalidade na universidade pública. Como responde a quem diz que não é justo uma família pobre contribuir para que o filho de uma família rica estude na USP, Unesp e Unicamp?

Cobrar mensalidade não vai solucionar o problema. Isso se resolve com a melhoria do sistema tributário, que hoje é injusto. Se a gente melhorar, os ricos pagarão mais que os pobres. Não é na universidade que isso tem que ser resolvido, porque esse mesmo argumento então valeria para hospitais, ensino fundamental, ensino médio, o que não tem sentido algum.

Capex nega verba por 'militância política'

Órgão ligado ao MEC recusa dar R\$ 80 mil pedidos para evento; organizadores dizem que congresso teve financiamento federal por 8 anos

Isabela Palhares

Sob a justificativa de que os palestrantes e organizadores têm "elevada relevância para a comunidade de militância política na área do Direito", a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação (MEC), recusou financiar um congresso internacional sobre Constitucionalismo e Democracia. Segundo os organizadores, o evento sempre teve apoio financeiro da Capes em suas outras oito edições. A agência diz que a análise é feita por especialista na área.

O congresso é promovido pela Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e a cada ano tem sede em uma instituição: a última foi na Universidade Federal de Goiás (UFG). Neste ano, está previsto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assim como nas últimas oito edições, a organização tentou captar recursos pelo programa de apoio a eventos

da Capes, que neste ano tinha a previsão de distribuir até R\$ 25 milhões para eventos científicos e tecnológicos – os recursos podem ser usados, por exemplo, para custear passagens de palestrante e contratação de tradutores.

Segundo Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da UFSC e coordenadora regional da rede, foram pedidos R\$ 80 mil para o evento e a Capes autorizou R\$ 20 mil. "Entramos com recurso para tentar financiamento maior, mas a resposta foi esse parecer negando qualquer recurso, com uma justificativa descabida. Quem de nós têm atuação de militância política? Eles que nos digam, indiquem o que classificam como militância e quem o fez." O parecer enviado para os organizadores afirma que o congresso tem como "aspecto negativo a necessidade de recorrer aos cofres públicos para a realização de congresso não apenas voltado à construção científica, mas também à crítica política" (sic).

A proposta do evento dizia que serão abordados temas, por exemplo, como "direito moderno" e "democracia intercultural". Além de palestrantes brasileiros, a maioria professores de universidades públicas brasileiras,

o juiz da Corte Constitucional do Equador, Augustin Grijalva, foi convidado. Em nota, a rede diz que fica clara a "ideologização" de quem analisou a proposta do congresso e a Capes demonstrou que "qualquer tentativa de abordagem crítica" não terá seu apoio. A Capes informou, em nota, que a análise é feita por um consultor especialista na área, com autonomia em relação ao órgão. Acrescentou ainda que ele concluiu "não ter a proposta preenchido os requisitos de cientificidade mínimos exigidos", mas não comentou sobre as justificativas políticas que foram apresentadas aos organizadores no parecer.

Disse apenas que "honra o compromisso de valorizar a avaliação entre pares, respeitando a autonomia da academia em relação a qualquer interferência institucional ou administrativa". Análise. Ex-presidente da Capes entre 2015 e 2016, Carlos Nobre afirma que pedidos de apoio para eventos seguem um caminho que passa pela avaliação de um comitê científico. "Nunca houve nenhuma decisão da presidência que interferisse no que foi aprovado pelo comitê." / COLABOROU MARCO ANTONIO CARVALHO

**Une e Ubes fazem terceiro ato
contra cortes na Educação**

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Secundaristas (Ubes) realiza hoje o terceiro ato do ano contra o corte orçamentário na Educação brasileira. Eles reivindicam a recomposição do orçamento das universidades federais, a concessão de bolsas de pesquisa que foram congeladas e protestam contra o projeto Future-se, apresentado pelo governo federal como alternativa de financiamento para o ensino superior público.

Segundo Pedro Gorki, presidentes da Ubes, os protestos estão marcados em todas as capitais do País e mais 200 cidades. O ato é apoiado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que marcou paralisações de professores e funcionários em escolas das redes municipais e estaduais e nos institutos de ensino superior federais. Procurado, o Ministério da Educação (MEC) não quis comentar sobre o ato. / I.P.

Um mundo de possibilidades

Escola pública do Lago Sul cria 55 opções de disciplinas no contraturno escolar. Elas capacitam alunos do ensino médio para diferentes atividades profissionais

ALAN RIOS

Aulas de jornalismo, gastronomia, agrofloresta, educação financeira, empreendedorismo e mais. A grade de disciplinas, que parece ser de uma universidade, foi implementada em uma escola pública do Distrito Federal. Alunos de ensino médio do Centro Educacional do Lago têm à disposição 55 matérias optativas para cursar no contraturno escolar, que são divididas em quatro grandes áreas: preparação para ensino superior, mercado de trabalho, arte/esporte/lazer e serviço social/protagonismo/liderança. A ideia partiu de diálogos entre direção, coordenação, professores e estudantes. Há aulas ministradas pelos próprios alunos.

Guilherme Ribeiro, 16 anos, está à frente de uma turma. Cursando o segundo ano do ensino médio, ele estuda pela manhã e, à tarde, ensina elementos da cultura hip hop na instituição. “A ideia surgiu quando eu estava conversando com meus amigos e o projeto deu certo, foi bem apoiado. Abrimos 15 vagas e 40 pessoas se inscreveram”, conta.

O aluno fez planejamento de



Aulas também rendem conteúdos práticos: grafites foram pintados por alunos

aulas, detalhando os conteúdos que trabalharia, para mostrar que o ensino acrescentaria à instituição. “Vamos trabalhar grafite, break dance, mixagem de som e rima, para que isso diminua o preconceito com essa cultura. Algumas pessoas acham que isso é vagabundagem, mas envolve arte, sociedade e muitas outras coisas”, ensina.

O projeto de disciplinas optativas só tem sucesso porque promove uma participação ativa dos alunos e professores, segundo o coordenador pedagógico do centro educacional, Vitor Valdez. “Sempre fizemos uma leitura das necessidades da escola e dos interesses dos alunos para criar as disciplinas. Tudo vem de um

tempo de avaliação, questionamentos sobre o que funciona, o que a comunidade precisa e o que motiva os estudantes, por exemplo”, conta.

A proposta se preocupa com o envolvimento entre escola e comunidade e leva profissionais de fora para atividades. “Temos um policial militar que dá aulas de jiu jitsu, um servidor da secretaria (de Educação) que dá oficina de gastronomia, um psicólogo que faz atividades com um grupo de alunos, e por aí vai”, detalha Valdez.

Universidade

A metodologia da instituição do Lago Sul tem como objetivo





O coordenador pedagógico Vitor Valdez (centro) estimula alunos a participarem de forma ativa do processo de aprendizagem

preparar os alunos para diferentes caminhos possíveis. Aulas de preparação para o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) auxiliam quem deseja entrar em universidades públicas, enquanto disciplinas de liderança e empreendedorismo incentivam aqueles que desejam abrir o próprio negócio e matérias como teatro, iniciação musical e canto inspiram os talentos artísticos, para citar alguns exemplos. Os professores se orgulham, ainda, de oferecer aulas de libras, protagonismo juvenil, ciência bilíngue e inteligência emocional, que preparam para a vida, independentemente da escolha de carreira dos estudantes.

No último ano do ensino médio, Mallena Kerpel, 16, diz que a escola conseguiu aproveitar o período integral para fornecer a ajuda

necessária a quem está com dúvidas sobre o futuro. “Principalmente, no ensino médio, que é a fase em que a gente tem que decidir o que vamos fazer para o resto da nossa vida, essas atividades são muito importantes. Tem gente que pensa, por exemplo, em cursar direito, mas participa de uma disciplina diferente e acaba percebendo que se encaixa melhor nela. Isso é muito bom para que a gente conheça nosso perfil e descubra que caminho quer seguir”, comenta a aluna.

Para diminuir as dúvidas sobre o que fazer no próximo ano e ainda sair da escola com conhecimentos extras, Mallena se inscreveu em diferentes disciplinas. “Escolhi cursar química e física e, na prática, vôlei, skate, filosofia, arte e jornalismo”, enumerou. Uma das que mais a animam é a de jornalismo. “Gostei muito da proposta da matéria, que é

apresentar a história do jornal, como ele foi criado e por quem, e fazer com que a gente conheça a importância dos textos jornalísticos. Isso auxilia nossos conhecimentos de mundo e ainda ajuda nos preparando para as redações do PAS, Enem e em interpretações de texto”, acrescenta.

A diversidade de opções gera outro tipo de resultado positivo: os alunos passam a preferir estar no colégio durante o contraturno escolar do que em outros lugares. “Além de ser muito importante para a nossa carreira, essas aulas são boas porque são diferentes daquelas que já estamos acostumados, de português, matemática, física... Se a gente tivesse essas disciplinas no período integral, ia ficar muito pesado, ninguém ia gostar de ir para a escola, como acontece hoje”, opina Fernando Evangelista, 17.

O diretor do Centro Educacional do Lago, Fabian Garzon, lembra que, quando foram abertos as inscrições para as disciplinas, a escola recebeu 150 matrículas on-line nos primeiros cinco minutos. Até professores se interessaram em participar das aulas. “O primeiro ano do período integral foi muito difícil, porque estávamos acostumados a trabalhar com metodologias tradicionais, antigas, de só passar informações. Mas, agora, trabalhamos em um sistema muito mais participativo, em que os alunos trazem muito conteúdo para dentro da escola e há trocas de conhecimentos com os educadores”, afirmou.





"O primeiro ano do período integral foi muito difícil, porque estávamos acostumados a trabalhar com metodologias tradicionais, antigas, de só passar informações. Mas agora trabalhamos em um sistema muito mais participativo, em que os alunos trazem muito conteúdo para dentro da escola e há trocas de conhecimentos com os educadores"

Fabian Garzon, diretor do Centro Educacional do Lago

"Sempre fizemos uma leitura das necessidades da escola e dos interesses dos alunos para criar as disciplinas. Tudo vem de um tempo de avaliação, questionamentos sobre o que funciona, o que a comunidade precisa e o que motiva os estudantes, por exemplo"

Vitor Valdez, coordenador pedagógico do Centro Educacional do Lago